

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2011.

INSTITUI A TV CÂMARA NO ÂMBITO
DO PODER LEGISLATIVO DE
ITAQUI/RS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituída a TV CÂMARA, serviço de radiodifusão de sons e imagens da Câmara de Vereadores de Itaqui, regido pelo disposto nesta Resolução e na legislação federal e estadual aplicável.

Art. 2º A TV CÂMARA subordina-se à coordenação editorial da Assessoria de Imprensa, com supervisão direta da Mesa Diretora da Casa.

Art. 3º A finalidade principal da TV CÂMARA é dar transparência às atividades do Poder Legislativo, através da documentação e divulgação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão, ao vivo, das sessões, mediante a utilização do Canal Legislativo Municipal, disponibilizado pelo site da Casa.

Art. 4º Para o cumprimento de suas finalidades a TV CÂMARA disporá da estrutura pertencente à Câmara de Vereadores, facultada a contratação de serviços de terceiros na forma da lei.

Art. 5º São funções da TV CÂMARA:

I – a transmissão das Sessões Plenárias;

II – a gravação, edição e veiculação de matérias relacionadas diretamente à Câmara Municipal, compreendendo:

- a) reuniões das Comissões Permanentes, Temporárias ou Especial;
- b) eventos promovidos pela Câmara de Vereadores;
- c) audiências públicas convocadas pela Câmara Municipal;
- d) audiências concedidas pela Mesa da Câmara Municipal.

III – a divulgação dos trabalhos da Mesa Diretora, da Presidência e das Comissões da Câmara Municipal;

IV – a divulgação dos trabalhos dos vereadores quando no exercício da atividade parlamentar, compreendendo:

- a) participação nas Sessões Plenárias;
- b) participação nas Comissões Permanentes, Temporárias ou Especiais e nas audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal;
- c) manifestações de apoio sobre matérias submetidas à apreciação da Câmara Municipal;
- d) manifestações sobre assuntos tratados em eventos dos quais participem como representantes oficiais da Câmara Municipal;
- e) prestação de contas à opinião pública sobre suas atividades parlamentares.

V – a transmissão de programas de interesse social e coletivo;

VI – a cobertura de eventos locais, promovidos por entidades públicas ou privadas, que tenham caráter de interesse social e coletivo;

VII – cobertura de atividade individual do Vereador, sempre restrita a sua atividade parlamentar.

Art. 6º A programação da TV CÂMARA deve ter caráter informativo, educativo e de orientação social, voltada inteiramente à promoção da democracia, à valorização do cidadão, à difusão de valores éticos, morais, sociais, artísticos, culturais, históricos e à preservação ambiental, nos termos da Lei Orgânica do Município de ITAQUI e da Legislação superveniente aplicável.

Parágrafo único. É proibida a veiculação de matéria que caracterize promoção pessoal de autoridade ou servidor público, nos termos da legislação pertinente.

Art. 7º Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal autorizada a firmar termos de cooperação com entidades e instituições públicas e privadas de ensino superior e/ou operadoras de canais de televisão, com o fim precípuo de viabilizar a melhor programação e transmissão da TV CÂMARA.

Art. 8º Fica obrigatória a inserção de mensagens de cunho social e educativo, aprovadas mediante resolução legislativa, nos intervalos entre programações veiculadas pela TV CÂMARA.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente decreto visa instituir a TV CÂMARA no âmbito do Poder Legislativo como forma de dar transparência ao trabalho da Câmara, possibilitando ao cidadão um fácil acesso ao trabalho de seu vereador. Igualmente possibilitará aos vereadores dar maior publicidade a seus atos parlamentares.

A TV CÂMARA será um canal democrático para politizar nossa população, assim como para expandir as discussões desta Casa e do Poder Executivo, possibilitando conhecimento a população do que realmente acontece nos trabalhos dos Poderes Municipais.